

**Perspectivas arqueológicas e museológicas
do Parque Estadual do Pico do Itacolomi
e do Parque Arqueológico do Morro da
Queimada – Ouro Preto (MG)**

**Archaeological and museological
perspectives of the Pico do Itacolomi
State Park and Morro da Queimada
Archaeological Park – Ouro Preto (MG)**

**Perspectivas arqueológicas y museológicas
del Parque Estadual do Pico do Itacolomi
y del Parque Arqueológico do Morro da
Queimada – Ouro Preto (MG)**

Cauê Donato Silva Araujo¹

Paulo Otávio Laia²

Ana Paula de Paula Loures de Oliveira³

Luciane Monteiro Oliveira⁴

Recebido em: 25/11/2013

Aceito para publicação em: 26/2/2014

¹ Graduando em Museologia pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

² Graduando em Museologia pela Ufop. Bolsista Pibic/CNPq (2012-2013).

³ Foi professora do Departamento de Museologia (Demul) da Ufop e bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pós-doutora em Arqueologia pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ). Doutora em Antropologia Social pela Albert Ludwig Universität (Freiburg/Alemanha). Mestre em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). *In memoriam*.

⁴ Professora credenciada do Demul/Ufop e pesquisadora do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA) da UFJF. Doutora em Educação e Mestre em Arqueologia pela USP. Bacharel em História pela UFJF.

Resumo: Este artigo apresenta os estudos sobre o Parque Estadual do Pico do Itacolomi e do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, situados no município de Ouro Preto (MG), sob o viés teórico da arqueologia da paisagem e da arqueologia histórica. Com base no levantamento do contexto histórico e na análise sistemática das ruínas dispersas em ambos os locais, o intuito foi buscar elementos que permitam compreender a utilização do espaço físico para expressão de uma ordem social, apropriada e reinterpretada por diferentes sujeitos históricos ao longo do tempo. A justificativa para a empreitada encontra-se fundamentalmente na carência de dados sobre os contextos citados, que na maior parte se limitam a poucas informações oferecidas pela historiografia tradicional do século XIX. Por fim, apontamos a musealização como uma possível ferramenta para a preservação e comunicação dos sítios arqueológicos.

Palavras-chave: Arqueologia; musealização; espaço sociocultural; Ouro Preto.

Abstract: The present paper presents studies on the Pico Itacolomi State Park and the Archaeological Park of the Morro da Queimada, situated in the municipality of Ouro Preto, in the theoretical bias of landscape archaeology and historical archaeology. From the survey of historical context and systematic analysis of the ruins scattered in both locations, the aim was to gather sufficient information for understanding the use of the physical space for the expression of a social order, suitable and reinterpreted by different historical subjects over time. The rationale for the research lies primarily in the lack of information about the contexts listed, which is mostly limited to scant information offered by traditional historiography of the 19th century. Finally, we mention musealization as a possible tool for the preservation and communication of archaeological sites.

Keywords: Archaeology; musealization; sociocultural space; Ouro Preto.

Resumen: El presente documento presenta estudios sobre el Parque Estadual do Pico Itacolomi y del Parque Arqueológico do Morro da Queimada, situados en el municipio de Ouro Preto, bajo las bases teóricas de la arqueología del paisaje y arqueología histórica. Desde el estudio del contexto histórico y análisis sistemático de las ruinas existentes en ambas localidades, el objetivo fue obtener información necesaria para entender el uso del espacio físico para la expresión de una orden social, adecuada y reinterpretada por diferentes sujetos históricos a lo largo del tiempo. El análisis razonado para el proyecto se encuentra principalmente en la falta de información sobre los contextos mencionados, que en su mayor parte se limita a la escasa información ofrecida por la historiografía tradicional del siglo XIX. Así siendo, apuntamos la musealización como una posible herramienta a la preservación y comunicación de los sitios.

Palabras clave: Arqueología; musealización; espacio sociocultural; Ouro Preto.

O presente artigo é decorrente de uma pesquisa realizada no âmbito da iniciação científica, no Departamento de Museologia (Demul) da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), efetuada sob orientação da Profa. Dra. Ana Paula de Paula Loures de Oliveira. O propósito é buscar elementos que possibilitem compreender o Parque Estadual do Pico do Itacolomi e o Parque Arqueológico do Morro da Queimada, ambos situados no município de Ouro Preto, como patrimônios arqueológicos, sob o viés teórico da arqueologia da paisagem e da arqueologia histórica.

Assim, a intenção é buscar ampliar as possibilidades de diálogo e abordagem dos bens patrimoniais que extrapolem o campo disciplinar da Museologia por meio de interfaces

com áreas do conhecimento afins, de modo a contribuir para a sua prática, qual seja, a preservação e conservação do patrimônio e a difusão do conhecimento que ele possui.

O Parque Estadual do Pico do Itacolomi é uma Unidade de Conservação, por sua relevância patrimonial natural e histórica, e é formado por edificações de interesse arqueológico e/ou histórico que receberam nossa atenção, como por exemplo: a Casa Bandeirista, edifício que serviu inicialmente como posto fiscal destinado à cobrança do “quinto” (imposto de 20% sobre o ouro encontrado em solo brasileiro) e depois sendo casa sede das propriedades delimitadas; Museu do Chá, constituído por galpão destinado ao armazenamento de plantas, onde se encontra maquinário alemão de beneficiamento; e as ruínas de um forno para processamento de cerâmica.

Já o Morro da Queimada é retratado como um local onde os conflitos existentes entre os diversos setores da sociedade colonial teriam sido mais evidentes. O ápice das tensões foi o movimento conhecido como Revolta de Felipe dos Santos ou Sedição de Vila Rica, um movimento social de caráter nativista ocorrido em 1720, liderado por Felipe dos Santos com apoio de mineradores locais que contestavam a criação das Casas de Fundição no Brasil, a partir das quais se tornava obrigatória a cobrança do “quinto”. Com a forte reação da coroa portuguesa na tentativa de conter a revolta, o líder foi condenado e executado e as casas de muitos revoltosos que residiam no local foram queimadas pelas tropas reais, motivo pelo qual se atribuiu o nome à região de Morro da Queimada. Os incêndios provocaram o despovoamento do local, tendo a população se transferido para outros arraiais. A área só começou a ser novamente ocupada a partir da década de 1940, fator que se estendeu ao longo de todo o século XX.

Cabe destacar que o local constitui um sítio arqueológico que comporta os testemunhos materiais das primeiras tipologias arquitetônicas da cidade e estruturas dedicadas à exploração do ouro. Além de ruínas de edificações, a área conta com galerias, bocas de antigas minas, sarilhos para suas ventilações e ainda mundéus, que são construções feitas para a lavagem do ouro (OLIVEIRA, 2005).

Dado o contexto disponível, nós nos propusemos, inicialmente, às leituras dos conceitos arqueológicos que pudessem oferecer subsídios a serem trabalhados durante a pesquisa, principalmente na interpretação não só do contexto *in situ*, mas fundamentalmente das lacunas de fontes e dados de cunho histórico. A opção pelo referencial da arqueologia justifica-se por entendermos que o processo de configuração dos trabalhos em pesquisas arqueológicas atualmente possibilita mergulhar em um sistema de fortes influências que foram se formando e se posicionando ao longo do tempo, de acordo com o espaço em que a pesquisa se desenvolve, bem como nas contribuições que podem oferecer. Assim sendo, propomos discutir e delimitar a natureza teórica de seu objeto e com isso nos munir de ferramentas necessárias a uma interpretação consistente.

Para além de suas variantes e possibilidades de abordagem, os estudos mais comuns no campo da arqueologia são os referentes ao período pré-histórico e ao histórico. A dicotomia epistemológica e metodológica que cerca a Arqueologia, em uma perspectiva mundial, são as divisões entre o modelo histórico-cultural europeu e o modelo antropológico norte-americano. A Arqueologia histórico-cultural está calcada, em suas origens, nas bases filológicas e históricas aprimoradas no contexto da busca das origens pré-históricas dos povos europeus, no movimento nacionalista do século XIX. Formulada na Alemanha, com Gustav Kossina, e se generalizado graças às contribuições de Vere Gordon Childe, desde então,

[...] a partir da noção de que cada nação seria composta de um povo (grupo étnico, definido biologicamente), num território delimitado e portador de uma cultura (entendida como língua e tradições sociais), formou-se o conceito de cultura arqueológica (FUNARI, 2004/2005, p. 1).

No Brasil, a arqueologia histórica surge no período da ditadura militar, regime respaldado por ideais políticos norte-americanos de dominação, que consolidaram os interesses da burguesia industrial, refletindo desse modo na seleção arqueológica hierarquizante que evidenciava os vestígios e grandes monumentos relacionados direta ou indiretamente aos colonizadores. Com a redemocratização e o reestabelecimento das liberdades civis em 1985, ocorreu uma abertura às novas abordagens e estudos, ocasionando adaptações de práticas à realidade brasileira, e houve crescente interesse pelas especificidades aqui contidas. Centros e núcleos de pesquisa começaram a se debruçar em diversas particularidades. Parafraseando Funari (2003), entendeu-se o cenário nacional como palco de sociabilidades distantes do ideal burguês norte-americano marcado por relações sociais de domínio do capital.

As contribuições das pesquisas arqueológicas brasileiras deram-se sobretudo, como apresenta Kern, por suas aplicações e experimentações metodológicas, já que buscaram em sua formação certo distanciamento progressivo e crítico em relação às filosofias metafísicas e especulativas do desenvolvimento humano:

Desde Hegel, passando por Comte, Marx, Toynbee e Spengler, elas propunham, sobretudo, a descoberta das leis que determinavam o processo do desenvolvimento humano, a previsibilidade das etapas em um evolucionismo muito restrito e o sentido teleológico deste processo. No campo da Arqueologia, as contribuições metafísicas destes pensadores tiveram muito pouca influência. O pragmatismo dos arqueólogos brasileiros se voltava sempre para a possível contribuição metodológica destes autores, afastando-se cuidadosamente de suas visões metafísicas, o que nem sempre ocorreu em áreas próximas da pesquisa, sobretudo na História e na Antropologia (KERN, 1999, p. 3).

A formação da Arqueologia brasileira, mesmo marcada pelas dificuldades de financiamento e isolamento científico em relação aos campos exteriores, conseguiu acompanhar as vicissitudes teórico-metodológicas europeias e norte-americanas:

As pesquisas de campo realizadas a nível nacional tiveram uma amplitude enorme, se levarmos em conta o número reduzido de pessoas participantes. Terminaram por nos dar uma ideia de conjunto sobre as diversas culturas arqueológicas existentes em diversas áreas do imenso território nacional [...]. As tendências mais recentes da Arqueologia do pós-guerra, inclusive a que se praticou no Brasil, sobretudo com reflexos nos aspectos teóricos, se caracterizou pela abertura de novos campos de ação, o aperfeiçoamento de métodos mais sofisticados, a reorientação das problemáticas e a busca de novas teorias (KERN, 1999, p. 3).

Presentes no cenário nacional, podemos citar desde a Arqueologia da Paisagem, a Simbólica, a Rural, a Urbana, até a Subaquática, a Etnoarqueologia, a Zooarqueologia etc. Um exemplo dessa ampliação de práticas são os estudos arqueológicos dos sítios coloniais brasileiros, que pesquisam os encontros e confrontos étnicos e culturais materializados nos objetos arqueológicos encontrados nas ruínas das cidades, das missões, dos engenhos, das fortalezas e nos acampamentos de indígenas aculturados. O intercâmbio e a amálgama de elementos culturais introduzidos e mesclados projetaram esses estudos a análises de campos científicos diversos, tendo como arcabouço as escavações arqueológicas, ampliando as fronteiras e estudando as margens através dos contatos.

Nossa produção diferencia-se das descobertas europeias ou norte-americanas apenas por sua realidade de campo, pois a arqueologia brasileira não busca grandes templos soterrados pelas areias do tempo que guardam numerosos e inestimáveis tesouros, e sim

a intersecção e a validação de um passado mulato, índio, branco e negro, crendo na intercomunicação desses elementos como referências constituidoras da identidade desse país e, portanto, da riqueza que nos é legada. Diante disso, temos a complexidade das análises dos estudos de colonização, dominação e integração justamente pelos contatos interétnicos e intercâmbios culturais que revelam evidências materiais também complexas, justapostas, de elementos diversos, fluentes não só de uma dominação mercantilista e moderna.

A Arqueologia brasileira tem trabalhado em dois planos distintos. Num primeiro momento, estuda-se a inserção dos elementos da cultura material em um determinado contexto estratigráfico. Posteriormente, realiza-se “o estudo das relações entre diversos contextos estratigráficos de um mesmo sítio, depois de diversos, em seguida de centenas” (KERN, 1999, p. 7), sendo essa uma das bases fundamentais da disciplina.

Destacar-se-á uma das abordagens críticas e simbólicas remanescentes de estudos amplos conhecidos como Arqueologias do capitalismo. Estas exploram temáticas diversificadas, tais como comportamento de consumo, relações de poder, gênero, construção de identidades e o papel estruturador do ambiente construído e das paisagens. O que essas abordagens têm em comum é a preocupação em entender os contextos locais em função de uma perspectiva macro, considerando as relações desses contextos com as forças mais amplas que moldaram o mundo moderno.

No contexto de abordagens que lidam com a relação de poder e ideologia, ressaltamos as estruturadas no estudo da paisagem, como o trabalho realizado por Souza (2002), em seu estudo sobre o arraial de mineração colonial de Ouro Fino (GO), em que discute as maneiras como uma população heterogênea, composta de europeus, africanos e brasileiros procedentes de diversas províncias da colônia, usou a cultura material, particularmente as cerâmicas de produção local e regional, para construir um senso de identidade regional forjado em uma visão de mundo barroca. As cerâmicas apresentaram uma forte correlação entre forma e decoração, as panelas continham padrões decorativos incisos de influência africana, e as tigelas possuíam decoração pintada que emulava com os padrões decorativos comuns nas faianças portuguesas. De acordo com Souza (2002), essas diferenças expressavam relações assimétricas que envolviam gênero e etnicidade. Assim, apesar de uma visão de mundo barroca incorporada pela população em geral, a cultura material de uso cotidiano foi utilizada para sustentar as desigualdades entre os diferentes grupos que ocuparam o arraial.

O conceito de paisagem que se propõe deve ser entendido como o resultado da ação social sobre o meio físico, sendo seu território limitado política ou culturalmente. Portanto, compreendendo a paisagem como o processo de interação dos seres humanos com o espaço natural, pode-se distingui-la em um panorama quádruplo: a propriedade física, a econômica, a sociopolítica e a simbólica.

Assim, se a história oficial parece negar as estratégias sociais vigentes no período, a Arqueologia emerge como disciplina capaz de evidenciá-la, ao revelar das trincheiras do passado os aspectos simbólicos, sociais e identitários inerentes às ações conduzidas por sujeitos até então anônimos. Desse modo, a hipótese que compartilhamos é de que as edificações dispersas nos parques citados, além de se prestarem à consolidação de uma ordem social definida pelas elites locais, onde o Pico do Itacolomi surge como os domínios dos grupos mais abastados da sociedade de Ouro Preto, em oposição aos setores populares que habitavam o Morro da Queimada, paradoxalmente podem expressar a agência de seus construtores, revelando um contexto marcado pela diversidade cultural.

Nesse exercício, a Arqueologia da Paisagem possibilita compreendermos o espaço como um produto sociocultural criado pelo homem na relação com o meio. As intervenções realizadas na apropriação dos espaços constituem uma ação social, tanto de ordem material quanto imaginária, fundamentada nas práticas sociais de caráter intencional, que vão configurar a diversidade das formas de trabalho, emprego de técnicas na produção material,

além de ritos e mitos de caráter simbólico religioso, associados aos imperativos naturais que os indivíduos enfrentam.

Nesse caso, a morfologia espacial implica também os atributos físicos de ordem objetiva da ação social, enquanto cenário de atividades socioeconômicas e, fundamentalmente, propriedades de cunho cultural e simbólico do processo de ocupação e uso dos espaços. Nesse mister, a dimensão espacial do registro arqueológico, como objeto de investigação associado aos aspectos materiais e culturais com o objetivo de oferecer elementos que possibilitem a compreensão das formas de vida pretéritas, constitui um caminho fundamental para a pesquisa em tela.

O estudo do espaço, enquanto categoria de análise, vai se consolidar no campo da Geografia Humanística no início da década de 1970, entre os geógrafos Yi-Fu Tuan, Edward Relph e Leonar Guelke; a tônica de seus trabalhos se centrava na importância dos espaços, do mundo vivido, dos significados e das representações (KASHIWAGI, 2005). Os fundamentos filosóficos que deram suporte a essa proposição consistem essencialmente da fenomenologia, do existencialismo, do idealismo e da hermenêutica, e o cerne das assertivas está envolto na relação que o ser estabelece com o mundo em que vive (MELLO, 1990; HOLZER, 1996).

Para essa vertente do pensamento, o espaço não é apenas um objeto e/ou atributo de localização, mas constitui-se como o resultado das vivências do homem e das formas de relação que este estabelece com o local que ocupa, reproduzindo e refletindo nele sua existência. Ou seja, o espaço é resultado de construções e significados desenvolvidos com base na experiência, conforme assevera Tuan (1983). Logo, esses locais estão imbuídos de sensações emotivas, especialmente de segurança, de proteção e de recursos que possibilitem a manutenção de suas condições de vida e de uma intencionalidade de habitar esse lócus.

Parafraseando Buttimer (1986, p. 78), “lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas”. Trata-se do exercício da subjetividade humana que com seus interesses preestabelecidos se inscreve num cenário físico e aí confere seus atributos com base na experiência dos sentidos, das sensações, percepções e cognições. As ações, as práticas e os saberes construídos pelos seres humanos nos espaços correspondem ao que Little (2001, p. 4) conceitua como cosmografia: “[...] inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele”.

Nesse contexto, a temática do espaço é compreendida no âmbito da Arqueologia da Paisagem como estrutura morfodinâmica, podendo ser natural ou artificial, considerando-se que são criações ou construções humanas. Assim, além de ser um suporte físico – forma, posição, distância, direção e diversidade de direção –, a sociedade estabelece uma relação social plena de sentidos na apropriação e percepção dos espaços. Desse modo, território e lugar são categorias conceituais de caráter subjetivo, construídas pelas práticas sociais realizadas no espaço ao qual são conferidos atributos simbólicos.

Em suas últimas tendências, a Arqueologia da Paisagem na França tem tomado ares de uma Arqueogeografia, profundamente influenciada por Bruno Latour e que almeja a análise conjugada dos espaços das sociedades do passado e a história de suas transformações. Para Villaescusa (2006), esse parece ser um problema, pois a Arqueologia da Paisagem deve ser entendida como uma ferramenta para a compreensão das populações do passado por meio da análise paisagística e ambiental, e não como a investigação dos espaços em si.

A proteção patrimonial em Arqueologia da Paisagem parece não se prender apenas aos campos bucólicos onde outrora viveram os grupos de caçadores/coletores, ou às matas nas quais ainda podemos encontrar muitas populações indígenas contemporâneas. Ela se estende também aos centros urbanos e, em muitos casos, sua proposta de investigação arqueológica pretende a não intervenção nos locais de ocorrência de vestígios a fim de que a paisagem não seja perturbada.

A partir destas limitações das fontes, não podemos ignorar que nossos textos escritos arqueológicos atuais são discursos pretensamente neutros e objetivos, como um dia se pensou serem os textos dos historiadores. A melhor das pesquisas arqueológicas, mesmo quando teoricamente orientada e metodologicamente impecável, apenas produz representações parciais do passado e não nos apresenta mais do que verdades relativas à amostra de vestígios arqueológicos estudados. Estes discursos que denominamos analíticos e racionais são apenas produtos oriundos de uma imaginação que se pretende científica, tentando desvelar aspectos incompletos da vida das sociedades do passado (KERN, 1999, p. 4).

Os indícios arqueológicos permitem inferir muito além dos reflexos ou das imagens das sociedades humanas estudadas, como postulado no passado. A Arqueologia trabalha com restos, vestígios, formas incompletas e limitadas remanescentes do conjunto de elementos da cultura material das sociedades, que mesmo em sua precariedade contribui para “compreender as atividades do cotidiano e as transformações dos comportamentos e hábitos, reconstituindo assim parcelas de sua história” (KERN, 1999, p. 3).

Com base nessas asserções, buscamos compreender a formação do conhecimento produzido acerca dos locais tratados, ou seja, o Pico do Itacolomi e o Morro da Queimada. Percebemos pelo arranjo contextual do processo histórico as formações sociais, políticas e culturais dos espaços pesquisados.

O Parque Estadual do Itacolomi (PEI) foi criado em 14 de junho de 1967 pela Lei Estadual n.º 4.495. Está localizado nos municípios de Ouro Preto e Mariana. Possui maior parte de sua extensão em território marianense, porém o acesso ao parque dá-se às margens da rodovia que interliga Ouro Preto a Mariana.

Segundo Navarro (2005, p. 42), a palavra Itacolomi é de origem tupi e significa “pedra menina”, pela junção dos termos *itá* (pedra) e *kunum* (menino). Conforme a documentação histórica, os índios viam o pico como o “filhote” da montanha ou “pedra mãe”. Na região do PEI habitavam grupos indígenas que foram expulsos ou vitimados pelos bandeirantes que chegaram ao local em busca de riquezas minerais. De acordo com Vasconcelos (1974), o Pico do Itacolomi aparece como marco referencial para os antigos viajantes da Estrada Real que passavam pelo parque e por Ouro Preto em busca de ouro no interior de Minas Gerais. Esses viajantes o chamavam de Farol dos Bandeirantes. Há quem afirme que no fim do século XVII o bandeirante paulista Antônio Dias avistou o Pico do Itacolomi na busca por riquezas, que serviu como ponto de referência para que outras expedições chegassem ao local com facilidade. Os bandeirantes formaram os primeiros arraiais nessa região, o que conseqüentemente originou Vila Rica, atual Ouro Preto.

Segundo o Instituto Estadual de Florestas (IEF, 2014), a Serra do Itacolomi é um ramo isolado da Serra do Espinhaço que atravessa toda a capitania de Minas Gerais de sul para norte, sendo contraforte da Serra da Mantiqueira. O Pico do Itacolomi possui 1.772 metros de altitude, e na maior parte dos seus 7.543 hectares de matas podem-se encontrar espécies vegetais como quaresmeiras e candeias. Nas partes mais elevadas, aparecem os campos de altitude com afloramentos rochosos, onde se destacam as gramíneas e as canelas-de-ema. O parque abriga nascentes que deságuam em sua maioria no Rio Gualaxo do Sul, afluente do Rio Doce. Os mais importantes córregos são os do Manso, dos Prazeres, Domingos e do Benedito, o Rio Acima e o Ribeirão Belchior. Diversas espécies de animais raros e ameaçados de extinção podem ser encontradas na unidade de conservação, como o lobo-guará, a ave pavó, a onça-parda e o andorinhão-de-coleira (ave migratória). Também podem ser vistas espécies de macacos, micos, tatus, pacas, capivaras e gatos-mouriscos.

O PEI passou por diversas explorações econômicas como extração de minerais, lavoura de subsistência, criação de gado, reflorestamento, extração de lenha, carvão vegetal e cultura de chá. No local é possível deslumbrar-se com monumentos históricos e arquitetônicos

como a sede da Fazenda de São José do Manso, também chamada de Casa Bandeirista. Outra atração é a Capela de São José, que possui uma via-sacra diferente, feita por artistas plásticas ouro-pretanas que utilizaram materiais colhidos na natureza para sua confecção. Também merecem destaque a Fazenda do Cibrão e as ruínas da Casa de Pedra. A Chácara dos Cintra é outra atração, com suas ruínas e um grande portal em pedra-sabão.

A sede administrativa do parque fica na Fazenda São José do Manso, uma edificação bandeirista que abrigou, na década de 1930, uma fábrica de chá. Hoje, o parque possui uma completa infraestrutura para atender visitantes e pesquisadores, com Centro de Visitantes, biblioteca, alojamentos para pesquisadores e funcionários. Algumas das edificações do parque passaram por recente reforma, e novas instalações melhoraram ainda mais a infraestrutura de apoio a visitantes e pesquisadores. As obras foram realizadas com recursos do Projeto de Proteção da Mata Atlântica de Minas Gerais (Promata/MG). A administração da área do parque é de responsabilidade do IEF, órgão do governo do estado de Minas Gerais.

Já no Morro da Queimada, que teve seu processo de formação por meio da configuração dos movimentos de extração aurífera no período colonial, faz-se necessário um preâmbulo acerca da busca pelo ouro nas minas, sendo esse o cerne para a ocupação do local. Afinal, foi por causa das minas de ouro, descobertas no interior da América portuguesa, que um povoamento maciço de interessados em extração contínua dos recursos se instalou em numerosos núcleos de moradias. O processo de urbanização levou à organização de aparatos político-administrativos nos povoados, ou seja, com o pretexto da febre do ouro se tentou impor instituições de poder, que criaram na região das minas uma lógica de hierarquia e relação social refletida até hoje nos diversos âmbitos dessa sociedade contemporânea.

A organização urbana, da qual vivemos deturpações e desenvolvimentos, começou a ser oficializada a partir de 1714, quando algumas vilas se destacaram pela centralidade e influência que exerciam na vida social e na vida pública da região. Além disso, as cidades coloniais mineiras podem ser vistas também como meio de ligação com o comércio extracapitania e localidades que giravam em torno de suas praças, que com o tempo foram formando as comunidades que conviviam na urbe. Assim, as cidades coloniais permitiam que se formassem grupos mercantis capazes de dominar a produção e o crédito, coexistindo com o comércio metropolitano.

Como sabemos, a mineração foi responsável pela instalação de vilas e cidades que possibilitavam caminhos interligados de abastecimento em Minas Gerais, pois, conforme planejou a Coroa portuguesa, essas localidades serviram como praças de controle alfandegário do acesso às minas. A estrutura urbana era diminuta, porque a atividade mineradora era itinerante. Segundo Torres (2011, p. 143), os municípios mineiros são compostos de um “núcleo urbano imerso no protoplasma rural”.

A estrutura de cidades como Ouro Preto é composta de elementos de diversos períodos, ressignificados e modificados, que ao longo do tempo deixam perceptível a organização e ação de poderes e tensões que separam grupos sociais. Para além de morros e ladeiras, são questões históricas de cunho social e político que diferenciam um homem do outro.

A região de serra, local de início da urbanização, foi, após a revolta de 1720, hostilizada até que famílias e grupos de outras comunidades reocuparam o espaço, a partir de fins do século XIX. Entre junho/julho de 1720 se deu a resistência contra a implantação das casas de fundição, para cobrança do “quinto”, o novo método de arrecadação que concentrava, nas mãos régias, a exclusividade de fundir o ouro, ao mesmo tempo que tornava proibida a circulação do ouro em pó.

Os colonos, descontentes com a mudança na tributação, foram persuadidos a participar de motins pelo suposto desejo comum de evitar a instalação das Casas de Fundição. Na verdade, aparentemente, os objetivos dos líderes eram depor o Conde de Assumar e matar o ouvidor de Vila Rica, Martinho Vieira. Assim, grande parte dos envolvidos não visava aos mesmos objetivos dos líderes. O motim foi iniciado no Morro do Ouro Podre (atual

Morro da Queimada), e seus participantes coagiram moradores de Vila Rica a aderir ao movimento e a invadir a casa do ouvidor Martinho Vieira, que por pouco escapou de ser morto. A casa foi saqueada e os ocupantes foram agredidos. Como castigo, Assumar mandou atear fogo no Arraial do Ouro Podre e na área de mineração explorada por Pascoal da Silva “em noite de vento. Na escuridão e tumulto, muitas outras residências foram atingidas, e os escravos negros tiveram a oportunidade gloriosa para se embriagarem com aguardente roubada” (BOXER, 2000, p. 214). A área foi totalmente devastada e passou, desde então, a ser denominada “Morro da Queimada”.

Não é novidade que a cidade, em alguns pontos, vem crescendo desordenadamente. Por conta disso, as ruínas do antigo Arraial do Pascoal vinham sendo solapadas dia a dia. Somente a partir de 2005 medidas mais enérgicas começaram a ser tomadas para a sua preservação.

A ocupação da serra de Ouro Preto após o abandono da lavra de ouro vem ocorrendo aproximadamente há um século. Segundo Mattos (2012):

Com o declínio da produção aurífera, o local ficou em ruínas, por quase duzentos anos. Uma nova ocupação vem se verificando há pouco mais de um século. Paulatinamente, desde o final da década de 1940, começa a surgir novo povoamento, desordenado, nos antigos territórios mineradores de Pascoal. Para se ter uma ideia, em 2002, cerca de 68,2% dos 250 mil hectares que compreendem o Morro da Queimada estavam ocupados por pessoas provenientes de áreas rurais vizinhas à região, o que contribuiu, mais uma vez, para sua acelerada descaracterização (MATTOS, 2012).

Percebemos então que a organização social da região do Morro da Queimada, na sua grande maioria, é representada por pessoas de baixa renda e que convivem com problemas sociais constantes – falta de moradia e de saneamento básico, tráfico de drogas, violência etc. –, bem como com a ausência de espaços comunitários de convivência cultural, esportiva, educativa e de lazer.

Para entendermos a situação que se consolidou entre o Morro da Queimada e o restante da urbe – seja no passado quando era o mais próspero conglomerado urbano, seja no presente quando vêm migrantes de regiões próximas e o repovoamento cria e reaviva relações –, faz-se necessário discorrer sobre as relações de poder que se firmaram na região de Ouro Preto, principalmente após a revolta de 1720.

As cidades concentram os símbolos do poder. Em Ouro Preto, no sistema colonial e no Império, estavam instaurados os símbolos com os quais se cumpria negociar nos instantes delicados das sublevações, ou seja, ali estavam estabelecidas as autoridades, habitavam os funcionários reais, estavam instalados os instrumentos de negociações legais. Além disso, as Casas de Câmara ocupavam papel central no debate entre revoltosos e autoridades. Portanto, tinham função de destaque na própria geografia urbana, instalando-se no centro das relações de poder; era delas, e do Palácio dos Governadores, que emanava o poder régio. Logo, outros aparatos de sustentação de *status* foram construídos ao redor dessa Câmara e do Palácio.

Percebemos que a divisão social da região na contemporaneidade muito se assemelha com o período em que se compuseram os aparatos administrativos régios e a constituição de uma elite comercial. Os símbolos de poder ainda ocorrem nas aglomerações urbanas. Ouro Preto e Mariana mantêm na região central, onde atuam os agentes de preservação, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), uma elite comercial que tem no turismo uma de suas principais rendas. Geralmente as populações e os grupos sociais autóctones são empurrados para morros e áreas suburbanas, com poucos recursos e investimentos públicos, sem mencionar a falta de emprego, aparatos de lazer e cultura.

Os morros e ladeiras mais íngremes e de difícil acesso são local dos autóctones, e de lá eles descem para trabalhar e oferecer ao outro sua cidade.

As pesquisas realizadas e os estudos *in loco* permitem perceber que os dois espaços, o Parque Estadual do Pico do Itacolomi e o Morro da Queimada, se configuram por diversos elementos históricos advindos de uma forte transformação social, econômica, política e cultural, fazendo com que esses lugares tragam em si registros de diferentes momentos sobrepostos que ainda estão em constante movimento.

Por intermédio das discussões firmadas entre a Arqueologia Histórica, a Arqueologia da Paisagem e a Museologia, propõe-se para tais sítios um processo de musealização, visando com esse mecanismo a uma efetiva preservação dos espaços arqueológicos.

A Museologia, como disciplina, encontra proeminente colaboração com a Arqueologia, tanto que para Bruno (1999)

cabe salientar que a Museologia oferece à Arqueologia uma oportunidade especial de aproximação sistemática com a sociedade presente, uma vez que vincula suas principais preocupações em dois níveis, a saber:

- 1.º) identificar e analisar o comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio.
- 2.º) desenvolver processos técnicos e científicos para que, a partir dessa relação, o patrimônio seja transformado em herança e contribua para a construção das identidades (BRUNO, 1999, p. 129).

Percebemos, portanto, que a museologia tem como preocupações centrais a preservação, a organização, a comunicação e a educação. Sendo assim, a musealização, segundo Bruno (1999, p. 134), “pressupõe ou implica em preservar, e enquanto ação museológica ela aproxima objetos e homens, revitalizando o fato cultural”.

[...] a musealização consiste em um conjunto de processos seletivos de caráter info-comunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas [...] e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação. Tais processos, que têm no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que, reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa (LOUREIRO *apud* LOUREIRO; LOUREIRO, 2013, p. 6).

Desse modo, o objeto/processo musealizado compreende elementos de diferentes tipologias e diversos domínios. O conceito de musealização remete ao ato de seleção, definido pelo valor cultural que lhe é agregado, ou seja, musealização é a seleção do que será preservado e disseminado, e por consequência a escolha daquilo que não se preservará. Assim, Guarnieri (*apud* BRUNO, 1999, p. 134) aponta que

a preservação proporciona a construção de uma memória que permite o reconhecimento de características próprias, ou seja, a identificação. E a identidade cultural é algo extremamente ligado à auto-definição, à soberania, ao fortalecimento de uma consciência histórica.

Os sítios arqueológicos apresentam características específicas no que tange a musealizá-los, afinal, não falamos apenas de um objeto que chega a um museu tradicional, recebe um tratamento de higienização após se ter preenchido uma ficha de registro, que passa por processos documentais rigorosos e baseados em pesquisas para enfim realizar sua função social por meio de exposição, educação ou pesquisa. Falamos aqui de uma parcela de

território, ocupado seja no passado ou por gerações, que existe na urbe e dela faz parte. Sendo assim, não podemos levar tanto as estruturas físicas quanto as sociais para o âmbito de um museu, como o Museu da Inconfidência, seja por sua extensão territorial colossal ou por não ser bem recebido em tal instituição tradicional e “rigorosa”, para ser musealizado. A musealização é um recurso poderoso, muito eficaz, mas que leva tempo para se consolidar e requer dedicação dos que se propuserem a realizar tal atividade ou ainda apoio de outras instituições e/ou poder público, bem como a efetiva participação dos movimentos sociais locais.

A musealização é uma prática primeira, ou seja, não encontraremos fim simplesmente nela própria; é um passo, geralmente o começo de um processo de busca por conhecimento, preservação, pesquisa e divulgação de um dado objeto. Nesse sentido fica evidente que musealizar torna-se um recurso poderoso para lidar com coleções, objetos ou sítios, como é o caso do Morro da Queimada e do Parque Estadual do Pico do Itacolomi.

Pensamos então que a musealização do espaço deve partir da população, pois, quando esta se entende como portadora de um patrimônio e se organiza para defendê-lo, sua decisão transcende a formação comunitária e desenvolve a consciência de uma unidade política praticante da cidadania e em busca de seus direitos, organizada com vistas a tornar o patrimônio que detém a força motriz para seu desenvolvimento. Não se trata, portanto, de uma proposta tradicional de musealização, pois os especialistas no assunto devem trabalhar com a comunidade de modo a defender os interesses dela por meio, por exemplo, da constituição de um museu território baseado em conceitos de desenvolvimento local e integral; a comunidade definiria o espaço a ser musealizado dando tratamento às ruínas, mantendo-as em seu lugar, criando/melhorando trilhas sinalizadas onde poderiam existir pontos de observação (mirantes).

Assim, o museu não teria sede, o território todo seria museu e a comunidade toda constituiria o administrativo, o setor de conservação/documentação, expográfico. Enfim, quem faria o museu seriam os próprios moradores. Assim já identificamos um aspecto que retorna à comunidade como valor agregado, pois seria possível cobrar entradas, ou instalar um café ou uma loja de suvenires que atenda os visitantes. O público-alvo não seria o do turismo em massa, e sim pessoas que frequentariam o ambiente na expectativa de conhecer e desfrutar um espaço que atenda desde interesses ecológicos até pesquisas ou lazer.

O objetivo é priorizar ações da comunidade que sejam reflexo de como esta interpreta o entorno de sua vida e adquire o sentimento de pertencimento a ele, gerando conseqüentemente a consciência de preservação. Preservar, em seu sentido mais amplo, é identificar, no bem ou fenômeno com o qual deparamos, uma parte de nós que completa ou justifica nossa própria existência. A partir daí, as relações que se estabelecem tendem a fortificar as ações em prol de uma vontade de preservação e não apenas de uma necessidade para tal, e são essas ideias, até o momento, vistas como potenciais no processo de valorização e desenvolvimento do patrimônio arqueológico de Ouro Preto.

Enfim, a pesquisa realizada apresenta-se como o primeiro movimento em prol do processo de musealização desses dois espaços. Ansiamos assim que os resultados deste trabalho não se encerrem em si, mas que sejam base para novas discussões e ações concretas no campo da musealização da Arqueologia.

REFERÊNCIAS

BOXER, Charles Ralph. **A idade de ouro do Brasil**: dores de crescimento e uma sociedade colonial. Tradução de Nair de Lacerda. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projecto de Paranapanema. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 17, n. 17, 1999.

BUTTNER, Anne. O espaço social numa perspectiva interdisciplinar. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. (Orgs.). **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 65-85.

FUNARI, Pedro Paulo A. Os avanços da arqueologia histórica no Brasil, um balanço. **Com Ciência**, set. 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq13.shtml>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

_____. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. **Revista Humanidades: Dossiê Arqueologias Brasileiras**, v. 6, n. 13, dez. 2004/jan. 2005. Disponível em: <<http://www.seol.com.br/mneme>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

HOLZER, Werther. A Geografia Humanista: uma revisão. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 3, 1996.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). Parque Estadual do Itacolomi. **Portal Meio Ambiente (MG)**. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/component/content/193?task=view>>. Acesso em: 13 set. 2014.

KASHIWAGI, Helena Midori. A contribuição da fenomenologia nos processos de intervenção urbana em ocupações irregulares. **Geografia**, v. 14, n. 2, jul./dez. 2005.

KERN, Arno Alvarez. Reflexões epistemológicas sobre a arqueologia brasileira. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, UFPE, Recife, 1999. **Anais...** Disponível em: <<http://proprata.com/reflexoes-epistemologicas-sobre-a-arqueologia-brasileira>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma Antropologia da Territorialidade. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. (Antropológica).

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Documento e musealização: entretendo conceitos. **Midas [online]**, v. 1, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Paulo%20Ot%C3%A1vio/Downloads/midas-78-1-documento-e-musealizacao-entretendo-conceitos1.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

MATTOS, Yara. Diálogo, sentido e significado no Ecomuseu da Serra de Ouro Preto/MG. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECOMUSEUS E MUSEUS COMUNITÁRIOS (IV EIEMC), 4., Belém, 2012. Disponível em: <<http://www.abremc.com.br/pdf/3art/14.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

MELLO, João Baptista Ferreira de. Geografia Humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 91-115, out./dez. 1990.

NAVARRO, Eduardo A. **Método moderno de tupi antigo**: a língua do Brasil dos primeiros séculos. 3. ed. São Paulo: Global, 2005.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. O Parque Arqueológico do Morro da Queimada em Ouro Preto, MG. **O Inconfidente**, Ouro Preto, n. 106, p. 3, mar. 2005.

SOUZA, Marcos André Torres de. Entre práticas e discursos: a construção social do espaço no contexto de Goiás do século XVIII. In: ZARANKIN, Andrés; SENATORE, Maria X. (Eds.). **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul** – cultura material, discursos e práticas. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 2002. p. 63-86.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **O homem e a montanha**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 143.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 2 v.

VILLAESCUSA, Ricardo González. Una disciplina denominada Arqueología del Paisaje. **Apuntes de Ciência y Tecnología**, n. 20, p. 28-36, 2006.